Recurso nº 66/2003

6 de Novembro de 2003

- Assuntos:
- Insuficiência da matéria de facto
 - Questão de direito
 - Presunção de inocência
 - Nexu de causalidade

Sumário

1. Só existe o vício da insuficiência da matéria de facto provada quando o Tribunal não deu como provados todos os factos pertinentes à subsunção no preceito penal incriminador por falta de apuramento de matéria, ou seja quando se verifica uma lacuna no apuramento dessa matéria que impede a decisão de direito; quando se puder concluir que sem ela não é possível chegar-se à solução de direito encontrada.
2. Não se pode confundir este vício, que consiste no vício de julgamento da matéria de facto, com o erro no julgamento - enquadramento dos facto, uma questão de direito.
3. Trata-se de uma questão de direito a questão de saber se podemos ou não, com base da matéria de facto assente, condenar os arguidos pelo crime e pela contravenção acusadas.
4. Deve ter-se como não escrita a matéria de facto que contém conclusão e/ou matéria de direito.

5. Pois o acusador não pode deixar de articular factos concretos que permitem fazer esta imputação, ou seja, factos que provam positivamente a imputação pela sua “culpa” e não apenas provam negativamente a defesa pela sua “inocência”, sob pena de inversão do ónus de prova para o arguido e de violação do princípio de presunção de inocência do arguido.
6. Não se pode imputar ao arguido pelo crime de ofensa de integridade física quando a sua conduta, mesma a contravenção cometida, não causaria necessariamente ferimento do ofendido, ou seja, não existir nexó de causalidade adequada entre a sua conduta e o resultado de ferimento do ofendido.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso n° 66/2003

Recorrentes: Companhia de Seguros de Macau, SARL (澳門保險股份有限
公司)

A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da

R.A.E.M.:

O Ministério Público acusou:

O arguido A pela prática, em autoria e na forma consumada, de um crime de ofensa de integridade física culposa p. e p. pelo artigo 142º n° 3 do Código Penal conjugado com o artigo 66º n° 1 e 73º n° 1 al. a) do Código de Estrada e uma contravenção ao artigo 14º do Código de Estrada; e

O arguido B, pela prática, em autoria e na forma consumada, de um crime de ofensa de integridade física culposa p. e p. pelo artigo 142º n° 3 do Código Penal conjugado com o artigo 66º n° 1 e 73º n° 1 al. a) do Código de Estrada e uma contravenção ao artigo 22º do Código de Estrada.

Submetidos ao Tribunal Judicial de Base foram autuados sob o Processo Comum Colectivo nº PCS-011-01-1.

C, ofendido no processo, deduziu o pedido de indemnização cível contra os arguidos, a Companhia de Seguros de Macau, e a Companhia de Seguros *Commercial Union*, ambos com sede em Macau, pedindo a condenação dos demandados a pagar ao ofendido a quantia de MOP\$179.900,00 a título de danos patrimoniais e MOP\$1.000.000,00 a título de danos morais.

Ao pedido de indemnização cível, contestaram a CGU Internacional Insurance PLC (anteriormente designada por Commercial Union Assurance Co. Plc), a Companhia de Seguros de Macau, S.A.R.L. e o arguido A.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo decidiu:

- a. Condenar o arguido A pela prática, como autor material e na forma consumada de um crime p. e p. pelos artºs 66º nº 1 do CE e 142º nºs 1 e 3 do Código Penal na pena de um ano e cinco meses de prisão e das contravenções aos artºs 14º nº 1 e 72º nº 1º do CE na pena de oitocentas patacas de multa, convertível em dez dias de prisão;

Em cúmulo, condenar na pena de um ano e cinco meses de prisão, suspendendo a sua execução por dois anos e seis meses e oitocentas patacas de multa, convertível em dez dias de prisão;

- b. Condenar o arguido B pela prática, como autor material e na forma consumada de um crime p. e p. pelos artºs 66º nº 1 do CE e 142º nºs 1 e 3 do Código Penal na pena de um ano e

cinco meses de prisão e das contravenções aos artºs 22º nº 1 e 70º nº 3 do CE na pena de mil patacas de multa, convertível em treze dias de prisão;

Em cúmulo, condenar na pena de um ano e cinco meses de prisão, suspendendo a sua execução por dois anos e seis meses e mil patacas de multa, convertível em treze dias de prisão;

- c. Suspender a validade da licença de condução dos arguidos durante três meses (artº 73º nº 1 a) do CE);
- d. Condenar a Companhia de Seguros de Macau e a CGU International Insurance PLC a pagarem solidariamente ao ofendido C a quantia de MOP\$214.400,00 (duzentas e catorze mil, e quatrocentas patacas).

Da decisão, recorreram o arguido e a Companhia de Seguros de Macau, alegando respectivamente, em síntese, o seguinte:

O recurso da Companhia de Seguros de Macau, SARL:

1. Face ao quadro fáctico considerado provado pelo Tribunal “a quo”, é inquestionável que deve ser imputada exclusivamente ao 2º arguido, B, a culpa do acidente de viação ora em discussão e, conseqüentemente, toda a responsabilidade pelos danos emergentes do mesmo, tomando em consideração a sua conduta irresponsável, imprudente e imprevidente e ao seu total desrespeito pelas regras básicas de circulação e prevenção rodoviária, designadamente dos artigos 22º, nºs 1 a 3, 23º, als. a), b) e e), 28º, nº 3, als. b) e c), e 29º, nº 1, al. a), do Código da Estrada,

bem como do artigo 20º do Regulamento do Código da Estrada.

2. Não podendo ser imputada qualquer responsabilidade ao 1º arguido, A - e, reflexamente, à ré seguradora, ora recorrente - pela produção do acidente e pelos danos sofridos pela vítima emergentes desse evento.
3. Não tendo ficado provado um único facto a partir do qual se possa concluir que o arguido A teve alguma responsabilidade pela verificação daquele sinistro.
4. Concluindo-se assim que a matéria de facto dada como provada em sede de 1ª instância não permite a condenação daquele pela prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelo artigo 142º, nº s 1 e 3, do Código Penal, nem tão pouco da contravenção de que vinha acusado.
5. Não se verifica o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada relativamente a factos não constantes da acusação ou da pronúncia, nem suscitados pela defesa, e de que não resultou fundada suspeita da sua verificação do decurso da audiência, nos termos disposto nos artigos 339º e 340º do Código de Processo Penal.
6. No caso sub judice, transparece do texto do acórdão recorrido que o thema probandum foi objecto de investigação, conhecimento e de decisão por parte do tribunal "a quo".

7. E se assim é, logicamente que estamos perante um claro erro de julgamento por arte do Tribunal recorrido.
8. É certo que constam no acórdão recorrido determinadas expressões conclusivas indiciárias de alguma responsabilidade por parte do 1º arguido na produção do acidente, só que o mesmo Tribunal não considerou provados quaisquer factos que pudessem sustentar tais conclusões, e, sem qualquer suporte fáctico, essas expressões não podem deixar de ser consideradas não escritas.
9. Conclui-se assim que o Tribunal “a quo”, na sequência da investigação de totalidade do objecto do processo (*thema probandum*), fixou a matéria de facto com provada.
10. Acabando, no entanto, por incorrer num erro de julgamento ao condenar o 1º arguido quando essa mesma matéria se mostrava claramente insuficiente para a solução decisória perfilhada.
11. Termos em que o 1º arguido deve ser absolvido por a matéria de facto assente não permitir a sua condenação pela prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência e pela contravenção de que vem acusado.
12. Devendo ainda, consequentemente, o arguido e a ora recorrente serem absolvidos do pedido cível formulado pela vítima.
13. Subsidiariamente e por mera cautela de patrocínio, haveria uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária à

decisão de direito acolhida pelo Tribunal “*a quo*” ao condenar o 1.º arguido no crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelos 142º, n.ºs 1 e 3 do Código Penal, e a ora recorrente numa quantia indemnizatória ao ofendido.

14. É que a decisão tem de conter a factualidade pertinente à subsunção no tipo legal de crime de que o arguido vem acusado, devendo o tribunal investigar no âmbito dos seus poderes de cognição.
15. Verifica-se assim, sem esforço, que os factos dados como provados não são suficientes para, subsumidos à lei aplicável, poderem gerar a conclusão lógica de que o 1.º arguido teve alguma responsabilidade na produção do acidente, cometendo o crime e a contravenção de que vem acusado.
16. No acidente em questão, a culpa do acidente teria que ser apreciada no cotejo das condutas dos seus intervenientes, não restando dúvidas de que o 2º arguido teve a responsabilidade exclusiva pela produção do mesmo.
17. Importa, pois, sublinhar que, no que se refere ao 1º arguido,, existiria uma lacuna no apuramento da matéria de facto com referência à solução de direito perfilhada pelo Tribunal “*a quo*”, que constituiria insuficiência para a decisão da matéria de facto apurada, nos termos do disposto no artigo 400.º, n.º 2, al. a), do CPPM.

18. Insuficiência essa que ressaltaria da análise dos elementos constantes dos autos e, em particular, do teor do próprio acórdão recorrido, e que impõe, no caso concreto, a absolvição do arguido e da própria recorrente.
19. A causa de pedir nas acções de indemnização por danos resultantes de acidente de viação é constituída por um conjunto de factos por forma a que surja o direito de indemnização e a correlativa obrigação, designadamente as circunstâncias do acidente e os factos constitutivos da culpa do seu responsável.
20. Não tendo o autor do pedido cível invocado sequer um facto que permitisse concluir que o condutor A tivesse alguma culpa ou responsabilidade no acidente, e, por outro lado, tendo o mesmo autor deduzido o mesmo pedido contra aquele condutor e a seguradora do seu veículo para ressarcimento dos danos emergentes daquele acidente, leva-nos a concluir, sem esforço, que estamos perante uma incompatibilidade lógica entre o facto real, concreto, invocado pelo autor, e o efeito jurídico por ele pretendido.
21. Para que não existisse contradição entre o pedido e a causa de pedir, seria necessário que o autor apresentasse um conjunto de factos de que derivasse a sua pretensão.
22. É certo que o autor acaba por concluir no artigo 10º do seu pedido cível que o 1º e o 2º réus não conseguiram travar os seus veículos, manifestando um comportamento negligente e descuidado; mas este juízo de valor, à semelhança da

douta sentença recorrida, não encontra qualquer correspondência com a matéria de facto elencada pelo demandante, sendo assim destituído de qualquer suporte factual.

23. É, pois, inepta a petição inicial, por contradição entre o pedido e a causa de pedir, se não são alegados factos que comprovem que o condutor teve culpa e responsabilidade no acidente e, no fim, se pede a sua condenação bem da seguradora do seu veículo para ressarcimento dos danos emergentes do sinistro, nos termos do artigo 139º, n.º 2, al. b) do novo Código de Processo Civil (cfr. artigo 193º, n.º 2, al. b), do C.P.C. de 1961).
24. Situação que se verifica claramente no presente caso.
25. Devendo ser considerado nulo todo o processo resultante da ineptidão por divergência entre a causa de pedir e o pedido, em face do disposto no artigo 139º, n.º 1, do Código de Processo Civil (cfr. artigo 193º, n.º 1, do C.P.C. de 1961).
26. Constituindo a nulidade de todo o processo excepção dilatória que obsta a que o tribunal conheça do mérito da causa e dá lugar à absolvição da instância, nos termos prescritos nos artigos 412º, n.ºs 1 e 2, e 413º, al. a), do mesmo Código.
27. Demonstrada a culpa exclusiva do 2º arguido na produção do acidente e inapurada a culpa do 1º arguido improcede, pois, o pedido de indemnização contra a seguradora, ora recorrente.

28. O ilícito criminal e civil foi do 2º arguido, recaindo sobre a sua seguradora, CGU International Insurance PLC, a obrigação de indemnizar a vítima.
29. Por mera cautela de patrocínio, sempre se dirá que a fixação da indemnização, a título de danos não patrimoniais, teria que ser operada equitativamente e tomar em conta os valores correntes adoptados pela jurisprudência.
30. O montante de MOP\$200.000,00 arbitrado a favor do ofendido situa-se muito acima desses valores, tomando em conta a matéria de facto apurada e tomada como assente pelo Tribunal recorrido.
31. Efectivamente o valor apurado pelo Tribunal “a quo” a título de danos não patrimoniais não se molda aos bens jurídicos lesados e aos montantes a que, para circunstâncias similares, a jurisprudência do facto de Macau tem adoptado.
32. Dir-se-á assim que os danos não patrimoniais sofridos pelo ofendido seriam ressarcíveis com uma indemnização global não superior a MOP\$100.000,00, quantia essa que se mostraria equilibrada, adequada e razoável.
33. O Tribunal “a quo” acabou por condenar as rés seguradoras na importância global de MOP\$214.000,00 (MOP\$200.000,00 a título de danos não patrimoniais e MOP\$14.400,00 a título de danos patrimoniais), incluindo assim, no montante indemnizatório arbitrado a favor do ofendido, a quantia de MOP\$10.000,00 já paga pelo 2º arguido a favor daquele.

34. Sendo certo que, em função deste pagamento e das despesas comprovadas, a quantia indemnizatória a arbitrar a favor da vítima, a título de danos patrimoniais, nunca poderia ser superior a MOP\$4.400,00.

Pede a revogação da decisão recorrida e absolver o arguido do crime e da contravenção de que foi o arguido condenado e a recorrente do pedido de indemnização.

O recurso do arguido A:

1. Face ao quadro fáctico considerado provado pelo Tribunal “a quo”, é inquestionável que deve ser imputada exclusivamente ao 2º arguido, B, a culpa do acidente de viação ora em discussão e, conseqüentemente, toda a responsabilidade pelos danos emergentes do mesmo, tomando em consideração a sua conduta irresponsável, imprudente e imprevidente e ao seu total desrespeito pelas regras básicas de circulação e prevenção rodoviária, designadamente dos artigos 22º, nºs 1 a 3, 23º, als. a), b) e e), 28º, nº 3, als. b) e c), e 29º, nº 1, al. a), do Código da Estrada, bem como do artigo 20º do Regulamento do Código da Estrada.
2. Não podendo ser imputada qualquer responsabilidade ao 1º arguido, ora recorrente, pela produção do acidente e pelos danos sofridos pela vítima emergentes desse evento.

3. Não tendo ficado provado um único facto a partir do qual se possa concluir que o arguido A, ora recorrente, teve alguma responsabilidade pela verificação daquele sinistro.
4. Concluindo-se assim que a matéria de facto dada como provada em sede de 1ª instância não permite a condenação daquele pela prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelo artigo 142º, nº s 1 e 3, do Código Penal, nem tão pouco da contravenção de que vinha acusado.
5. Não se verifica o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada relativamente a factos não constantes da acusação ou da pronúncia, nem suscitados pela defesa, e de que não resultou fundada suspeita da sua verificação do decurso da audiência, nos termos disposto nos artigos 339º e 340º do Código de Processo Penal.
6. No caso sub judice, transparece do texto do acórdão recorrido que o thema probandum foi objecto de investigação, conhecimento e de decisão por parte do tribunal “a quo”.
7. E se assim é, logicamente que estamos perante um claro erro de julgamento por arte do Tribunal recorrido.
8. É certo que constam no acórdão recorrido determinadas expressões conclusivas indiciárias de alguma responsabilidade por parte do ora recorrente na produção do acidente, só que o mesmo Tribunal não considerou provados quaisquer factos que pudessem sustentar tais

conclusões, e, sem qualquer suporte fáctico, essas expressões não podem deixar de ser consideradas não escritas.

9. Conclui-se assim que o Tribunal “a quo”, na sequência da investigação de totalidade do objecto do processo (thema probandum), fixou a matéria de facto com provada.
10. Acabando, no entanto, por incorrer num erro de julgamento ao condenar o ora recorrente quando essa mesma matéria se mostrava claramente insuficiente para a solução decisória perfilhada.
11. Termos em que o ora recorrente deve ser absolvido por a matéria de facto assente não permitir a sua condenação pela prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência e pela contravenção de que vem acusado.
12. Devendo ainda, conseqüentemente, o ora recorrente e a sua seguradora, Companhia de Seguros de Macau, S.A.R.L., serem absolvidos do pedido cível formulado pela vítima.
13. Subsidiariamente e por mera cautela de patrocínio, haveria uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária à decisão de direito acolhida pelo Tribunal “a quo” ao condenar o ora recorrente no crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelos 142º, n.º s 1 e 3 do Código Penal.
14. É que a decisão tem de conter a factualidade pertinente à subsunção no tipo legal de crime de que o arguido vem

acusado, devendo o tribunal investigar no âmbito dos seus poderes de cognição.

15. Verifica-se assim, sem esforço, que os factos dados como provados não são suficientes para, subsumidos à lei aplicável, poderem gerar a conclusão lógica de que o ora recorrente teve alguma responsabilidade na produção do acidente, cometendo o crime e a contravenção de que vem acusado.
16. No acidente em questão, a culpa do acidente teria que ser apreciada no cotejo das condutas dos seus intervenientes, não restando dúvidas de que o 2º arguido teve a responsabilidade exclusiva pela produção do mesmo.
17. Importa, pois, sublinhar que, no que se refere ao ora recorrente, existiria uma lacuna no apuramento da matéria de facto com referência à solução de direito perfilhada pelo Tribunal “*a quo*”, que constituiria insuficiência para a decisão da matéria de facto apurada, nos termos do disposto no artigo 400.º, n.º 2, al. a), do CPPM.
18. Insuficiência essa que ressaltaria da análise dos elementos constantes dos autos e, em particular, do teor do próprio acórdão recorrido, e que impõe, no caso concreto, a absolvição do arguido e da própria recorrente.

Pede a revogação da decisão recorrida e absolver o recorrente do crime e da contravenção.

Ao recurso do arguido A, respondeu o Ministério Público, acolhendo o fundamento recursório e pugnando por reenvio do processo por ter-se vislumbrado o vício de insuficiência da matéria de facto previsto no artigo 400º nº 2 do Código de Processo Penal.

Por sua vez, a CGU Internacional Insurance PLC respondeu aos recursos, para concluir, em síntese, o seguinte:

1. Resulta da prova produzida em audiência e reflectida no Acórdão recorrido, que a manobra desenvolvida pelo 2.º arguido que veio a determinar o embate na vítima (e o seu arrastamento), ficou a dever-se à anterior manobra do 1.º arguido que, ao arrepio das mais elementares normas regulamentadoras da condução automóvel, e circulando pela faixa de rodagem do lado esquerdo, cortou, de modo súbito e inopinado, a trajectória do veículo conduzido pelo 2.º arguido.
2. Pode considerar-se que a dita sentença recorrida não alinha de uma forma sequencial os factos provados mas, sem margem para dúvida, identifica os fundamentos de facto necessários e suficientes à demonstração da culpa do arguido recorrente no acidente, culpa da qual resulta a responsabilidade da seguradora recorrente.
3. Não pode encarar-se desligadamente a ultrapassagem feita pelo 2.º arguido da manobra prévia do 2.º arguido, a qual nunca teria ocorrido se não tivesse sido precedida desta última.

4. O arguido A não só teve participação no acidente, como foi determinante dele, mostrando-se, na sentença, suficientemente especificados os fundamentos de facto da sua culpa no eclodir do acidente e da natureza causal da sua conduta em relação à do 2.º arguido.
5. Não podem ser afastadas a culpa do 1.º arguido no acidente e a concomitante co-responsabilidade da seguradora recorrente no pagamento dos danos emergentes.
6. A petição inicial não se mostra inepta, uma vez que descreve a participação do 1.º arguido no acidente e identifica a sua culpa, não se verificando, em consequência, a contradição alegada entre o pedido e a causa de pedir.

Pede que nega provimento aos recursos, com excepção da parte em que se pede o abaixamento dos danos morais arbitrados e a dedução da importância já paga pelo 2.º arguido.

Nesta instância, a Digno Procurador-Adjunto manteve-se a sua posição assumida na sua douta resposta ao recurso.

Foram colhidos os vistos legais doa Mm^{os} Juizes Adjuntos.

Cumpre-se decidir.

Quanto a matéria de facto, foi dada como assente a seguinte factualidade:

- No dia 20 de Setembro de 1998, pelas 10H40, o arguido A conduzia o automóvel ligeiro de matrícula EX-XXX, procedente dos lados da Estrada Marginal do Hipódromo

para os lados da Rua Direita do Hipódromo. Na altura, o arguido seguia na faixa de rodagem do lado esquerdo da via e ao chegar ao cruzamento da Rua 6 de Iao Hon com a Rua da Longevidade e com a Rua do Mercado de Iao Hon, quando pretendia fazer a manobra de virar directamente para a faixa de rodagem da direita, para entrar na Avenida Marginal do Hipódromo (tradução literal de “馬場海邊大馬路”), quando o seu veículo já se encontrava passado mais de metade da linha da via que separa as duas faixas, de repente, por detrás, o arguido B, que conduzia o automóvel ligeiro de matrícula ME-XX-XX, acelerou, pondo-se em velocidade superior a 60 km/h, a fim de ultrapassar o automóvel ligeiro de matrícula EX-XXX e por não ter conseguido controlar a sua velocidade, não pôde travar o automóvel, indo embater no ofendido, C, que se encontrava na placa de segurança ali perto, preparando-se para atravessar a via (id. A fls. 10 dos autos).

- A Av. da Longevidade, de sentido único, tem duas vias de trânsito (cfr. croqui de fls. 7):
 - a via do lado direito, tomando em consideração o sentido de marcha dos veículos, tem uma largura de 3.50m, destinada exclusivamente ao trânsito de veículos;
 - a do lado esquerdo mede, por sua vez, 5.20m de largura, compreendendo uma faixa de 3.20m destinada à circulação de veículos e uma faixa de 2.00m afecta a estacionamento.

- Os ferimentos do ofendido encontram-se descritos a fls. 72 e 76 dos autos (relatórios de exame que aqui se dão por integralmente reproduzidos). Ferimentos esses que lhe provocaram directa e necessariamente 116 dias de doença e incapacidade para o trabalho.
- Do presente acidente de viação resultaram para o ofendido várias cicatrizes no tornozelo esquerdo e joelho direito, e ainda rigidez na articulação do tornozelo esquerdo e dores na movimentação do joelho direito, lesões permanentes que prejudicam e limitam a utilização dos membros inferiores, razão porque se deva considerar ofensa grave à integridade física, nos termos do art.º 138º do CPM. (cfr. relatório de fl. 76 e 319).
- O 2º arguido circulava em velocidade excessiva, razão porque não pôde parar o seu automóvel, no espaço livre e visível 1ª sua frente e evitar obstáculos previsíveis em situação normal; o 1º arguido agiu também com falta de cuidado, não tomando atenção a aspectos que deveria, como também não conduziu com prudência, a fim de evitar acidentes de viação.
- O estado de tempo era bom, o pavimento em condições e a densidade de trânsito era normal e não existe rasto de travagem.
- Os arguidos tinham perfeito conhecimento de que as suas condutas eram proibidas e punidas por Lei.
- O 1º arguido é desempregado.

- É casado e tem a mulher e o filho a seu cargo.
- Confessou parcialmente os factos e é primário.
- O 2º arguido é desempregado.
- É casado e tem dois filhos a seu cargo.
- Confessou parcialmente os factos e é primário.
- O ofendido é solteiro e tinha 24 anos de idade à data do acidente e gozava de boa saúde, não apresentando qualquer defeito físico.
- Sofreu dores físicas e morais resultantes do período que esteve doente, dos exames médicos e das duas intervenções cirúrgicas submetidas.
- Ficou inconsciente após o embate.
- O ofendido gastou em despesas hospitalares e medicamentosas e outras as discriminadas no pedido de fls. 166 ss. apenas as devidamente documentadas (cfr. facturas juntos aos autos).
- O 2º arguido pagou ao ofendido a quantia de dez mil patacas para o pagamento das despesas hospitalares.
- A responsabilidade civil emergente de acidente de viação causado a terceiros pelos veículos de matrícula EX-XXX e ME-XX-XX estavam transferidas para a Companhia de Seguros de Macau, SARL e CGU International Insurance PLC constantes nas Apólices nºs 41-093374-005 e 109800148-302.

- Quanto ao pedido de apoio judiciário na modalidade de isenção do pagamento das custas e despesas formulado pelo ofendido, tendo o mesmo demonstrado que não possui meios económicos para custear tais despesas e que anteriormente lhe foi concedido apoio judiciário na modalidade de patrono e no período do acidente residia cá, logo deferem o pedido do mesmo.
- Quanto à questão da ineptidão da petição inicial suscitada pela Companhia de Seguros de Macau, temos que não subsiste razão a esta.
- O autor do pedido cível descreveu a forma como aconteceu o acidente, fazendo referência à conduta do arguido A, alegando a culpa deste no artº 10º, pelo que não se verifica contradição entre o pedido e a causa de pedir.

Na parte dos factos não provados afirmou que:

“Não ficaram provados os seguintes factos: os restantes factos da acusação, do pedido cível e contestações a este designadamente:

- O ofendido era empreiteiro e auferia o vencimento mensal de cinco mil patacas/remembis à data do acidente.
- O 1º arguido ao aproximar-se do cruzamento da Av. da Longevidade com a Rua do mercado Iao Hon, parou a sua viatura junto da passadeira permitindo a passagem de peões naquele local, e com intenção de virar para a direita,

acionou o «pisca-pisca» e esperou que um motociclo que estava à sua direita concluísse essa manobra.

- O 2º arguido que vinha atrás da faixa direita da via, ao aproximar-se do veículo conduzido pelo 1º arguido, perdeu o controle do seu carro, galgou o passeio, do lado direito, e de imediato, mudou a direcção do seu carro para a sua esquerda, indo embater no veículo conduzido pelo 1º arguido.”

E na parte de indicação das provas que serviram para formar a convicção do Tribunal, afirmou que a convicção do Tribunal formou-se com base em:

- “As declarações dos arguidos em audiência.
- As declarações do ofendido C, e das testemunhas designadamente o guarda da PSP que explicou sobre o croqui, o ambiente e a posição das pessoas e dos veículos após o acidente e deu a sua opinião conforme a sua experiência.
- Análise dos documentos colhidos durante a investigação e juntos aos autos (fls. 7, 72, 76, 319 ss).”

Conhecendo.

O arguido A e a Companhia de Seguros de Macau impugnaram pelo vício do julgamento da matéria de facto - a insuficiência da matéria de facto para a decisão, considerando ambas que:

“... haveria uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária à decisão de direito ... ao condenar o 1.º arguido no crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelos 142º, n.º s 1 e 3 do Código Penal, e a ora recorrente numa quantia indemnizatória ao ofendido”, “[é] que a decisão tem de conter a factualidade pertinente à subsunção no tipo legal de crime de que o arguido vem acusado, devendo o tribunal investigar no âmbito dos seus poderes de cognição”; assim “[v]erifica-se ... que os factos dados como provados não são suficientes para, subsumidos à lei aplicável, poderem gerar a conclusão lógica de que o 1.º arguido teve alguma responsabilidade na produção do acidente, cometendo o crime e a contravenção de que vem acusado”.

Vejamos, nomeadamente a parte do crime e contravenção, e, como só o 1º arguido veio a recorrer da decisão condenatória, limitamo-nos a apreciar a decisão respeitante à sua parte.

Como temos repetidamente citado e afirmado, só existe o vício da insuficiência da matéria de facto provada quando o Tribunal não deu como provados todos os factos pertinentes à subsunção no preceito penal incriminador por falta de apuramento de matéria,¹ ou seja quando se verifica uma lacuna no apuramento dessa matéria que impede a decisão de direito; quando se puder concluir que sem ela não é possível chegar-se à solução de direito encontrada.²

¹ Entre outros, o acórdão de 15/6/2000 no Recurso nº 92/2000.

² Entre outros, o Acórdão de 14 de Setembro de 2000 do processo nº 128/2000. Neste sentido decidiu também o Tribunal de Última Instância confirmando que “ocorre o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada quando a matéria de facto provada se apresente

Neste sentido decidiu também o Tribunal de Última Instância confirmando que “ocorre o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada quando a matéria de facto provada se apresente insuficiente para a decisão de direito adequada, o que se verifica quando o Tribunal não apurou matéria de facto necessária para uma boa decisão da causa”.³

Não se pode confundir este vício, que consiste no vício de julgamento da matéria de facto, com o erro de julgamento - enquadramento dos facto, uma questão de direito.

Em princípio, no julgamento de um caso de acidente de viação, é essencial consignar factos que permitem conhecer da dinâmica do seu evento, pelo qual se permite concluir pela culpa de algum dos intervenientes, ou pela repartição da culpa dos mesmos.

In casu, dos factos dados como provados pelo Tribunal *a quo*, podemos resulta do seguinte evento do acidente:

- No dia 20 de Setembro de 1998, pelas 10H40, o arguido A conduzia o automóvel ligeiro de matrícula EX-XXX, procedente dos lados da Estrada Marginal do Hipódromo para os lados da Rua Direita do Hipódromo, seguindo na faixa de rodagem do lado esquerdo da via;
- E o arguido B conduzia o automóvel ligeiro de matrícula ME-XX-XX, também nesta estrada;

insuficiente para a decisão de direito adequada, o que se verifica quando o Tribunal não apurou matéria de facto necessária para uma boa decisão da causa”, vide o Acórdão de 20 de Março de 2002 do processo nº 3/2002.

³ No Acórdão de 20 de Março de 2002 do processo nº 3/2002.

- Chegando ao cruzamento da Rua 6 de Iao Hon com a Rua da Longevidade e com a Rua do Mercado de Iao Hon, quando o arguido A pretendia fazer a manobra de virar directamente para a faixa de rodagem da direita, para entrar na Avenida Marginal do Hipódromo (tradução literal de “馬場海邊大馬路”), passado mais de metade da linha da via que separa as duas faixas, de repente, por detrás, o arguido B acelerou, pondo-se em velocidade superior a 60 km/h, a fim de ultrapassar o automóvel conduzido pelo arguido A, mas, por não ter conseguido controlar a sua velocidade e não poder travar o automóvel, embateu no ofendido, C, que se encontrava na placa de segurança ali perto, preparando-se para atravessar a via.
- A Av. da Longevidade, de sentido único, tem duas vias de trânsito:
 - a via do lado direito, tomando em consideração o sentido de marcha dos veículos, tem uma largura de 3.50m, destinada exclusivamente ao trânsito de veículos;
 - a do lado esquerdo mede, por sua vez, 5.20m de largura, compreendendo uma faixa de 3.20m destinada à circulação de veículos e uma faixa de 2.00m afecta a estacionamento.
- O estado de tempo era bom, o pavimento em condições e a densidade de trânsito era normal e não existe rasto de travagem.

Assim, o Tribunal *a quo* concluiu que , “o 2º arguido circulava em velocidade excessiva, razão porque não pôde parar o seu automóvel, no espaço livre e visível 1ª sua frente e evitar obstáculos previsíveis em situação normal; o 1º arguido agiu também com falta de cuidado, não tomando atenção a aspectos que deveria, como também não conduziu com prudência, a fim de evitar acidentes de viação”.

Por outro lado, o Tribunal deu como não provado que “o 1º arguido ao aproximar-se do cruzamento da Av. da Longevidade com a Rua do mercado Iao Hon, parou a sua viatura junto da passadeira permitindo a passagem de peões naquele local, e com intenção de virar para a direita, accionou o «pisca-pisca» e esperou que um motociclo que estava à sua direita concluísse essa manobra” e que “o 2º arguido que vinha atrás da faixa direita da via, ao aproximar-se do veículo conduzido pelo 1º arguido, perdeu o controle do seu carro, galgou o passeio, do lado direito, e de imediato, mudou a direcção do seu carro para a sua esquerda, indo embater no veículo conduzido pelo 1º arguido”.

Perante os elencados factos provados e os não provados, podemos confirmar que os mesmos permitem tomar uma decisão de direito, sem deixando qualquer lacunas no seu apuramento.

Afigura-se-nos que o que alegaram os recorrentes já era uma questão de direito, que consiste em saber se podemos ou não, com base da matéria de facto assente, condenar os arguidos pelo crime e pela contravenção acusadas. Aí não se envolve o vício do julgamento da matéria de facto.

Assim, vejamos a questão de direito levantada: o enquadramento dos factos.

Perante todos os factos dados como provados, não se pode concluir que o 1º arguido ora recorrente tenha violado o disposto no artigo 14º nº 1 do Código de Estrada, porque não está provados que o 1º arguido, ao iniciar qualquer manobra, não tinha assegura-se previamente de que pode fazer sem causar perigo ou embaraço para o trânsito.

Digamos que, pelo facto de não estar provado os factos alegados pelo arguido acerca de que ele “ao aproximar-se do cruzamento da Av. da Longevidade com a Rua do mercado Iao Hon, parou a sua viatura junto da passadeira permitindo a passagem de peões naquele local, e com intenção de virar para a direita, accionou o 《pisca-pisca》 e esperou que um motociclo que estava à sua direita concluísse essa manobra”, não se pode considerar que ficou provado o facto contrário para imputar o 1º arguido pela contravenção acusada.

Pois o acusador não pode deixar de articular factos concretos que permitem fazer esta imputação, ou seja, factos que provam positivamente a imputação pela sua “culpa” e não apenas provam negativamente a defesa pela sua “inocência”, sob pena de inversão do ónus de prova para o arguido e de violação do princípio de presunção de inocência do arguido.

Assim sendo, deve absolver o arguido da contravenção imputada.

E quanto ao crime de ofensa de integridade física.

Pela mesma sorte, por este crime não pode lhe imputar. Não só por razão de ter de absolver o arguido pela contravenção acusada, mas também pelo facto de que a conduta do arguido ora recorrente, mesmo incorrendo na situação de ter violado o disposto no artigo 14º do Código

de Estrada, não causaria necessariamente ferimento do ofendido, ou seja, não existe nexo de causalidade adequada entre a sua conduta e o resultado de ferimento do ofendido. Quanto muito, existe relação de *conditio sine qua non*, porém, este não é o que se adopta na nossa lei quanto à teoria de nexo de causalidade.

Simplemente não pode considerar ter o arguido ora recorrente qualquer culpa nos danos corporais do ofendido, e em consequência, deve também absolver o mesmo do crime acusado e a Companhia de Seguros de Macau deve ser absolvida do pedido de indemnização cível.

Decidida esta, dando-se por procedentes os recursos, ficou prejudicada a apreciação das restantes questões, e, em consequência, ficou condenada pela indemnização cível apenas a CGU Internacional Insurance PLC e assim mantém-se a restante decisão.

Pelo exposto, Acordam neste Tribunal de Segunda Instância em conceder provimentos aos recursos interpostos, absolvendo o arguido do crime e contravenção acusadas e a Companhia de Seguros de Macau do pedido de indemnização cível, nos exactos termos acima consignados.

Sem custas da parte criminal e custas da parta cível pela recorrida Companhia de Seguros CGU Internacional Insurance PLC.

Macau, RAE, aos 6 de Novembro de 2003

Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo – Lai Kin Hong